

Senhores Reitores e Vice-Reitores,
Demais autoridades civis, militares, académicas,
Sua Excelência Reverendíssima, Senhor Bispo de Coimbra
Senhores Doutores,
Senhores Assistentes, Leitores e Investigadores,
Senhor Presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC),
Caros Estudantes,
Prezados Funcionários,
Senhoras e Senhores

1. Percurso

Ao escrever as primeiras linhas deste texto, reflicto sobre a vertigem dos últimos dias, marcados por um ritmo de acontecimentos que desactualiza a palavra antes dela ser escrita, e pode tornar obsoleto o discurso no momento em que é pronunciado.

Resolvi refugiar-me nos princípios, porque deles vou ainda conseguindo retirar a estabilidade de conceitos, esses menos vulneráveis, que me tem permitido encontrar algumas saídas para questões complexas e apresentar à comunidade universitária, assim o penso, propostas equilibradas, coerentes e adequadas ao momento que vivemos.

Na abertura solene de um novo ano lectivo, compete-me também fazer um percurso sintético pelo período que agora termina, perspectivando o futuro próximo à luz da experiência adquirida e da evolução recente da nossa casa comum.

O ano lectivo de 2002/2003 começou praticamente com a renúncia do Reitor Doutor Fernando Rebelo. De tudo o que se disse e se escreveu sobre o assunto no calor do momento, a reflexão que julgo mais importante fazer pode ser resumida em dois pontos:

- Em primeiro lugar, a ocorrência de uma conjuntura externa e interna muito difícil, determinada por uma ruptura de regime seguida de dezenas de anos de modificações significativas do sistema de ensino superior, na maior parte das vezes decididas à margem das Universidades ou mesmo contra elas, e do crescimento de tensões internas agudizadas pela acumulação de conflitos, num quadro de autoridade universitária por vezes mal esclarecido ou mal interpretado.
- Em segundo lugar, a capacidade demonstrada pela Universidade para resolver os seus problemas pela via institucional, sem sobressaltos, fazendo funcionar os mecanismos democráticos estatutários, com uma elegância e um à-vontade próprios das grandes instituições.

Questão aberta, questão encerrada, não sem que sobre ela nos detenhamos, no silêncio das nossas consciências, para compreender a verdadeira dimensão da força de que dispomos como cidadãos, como universitários, como eleitores e sobretudo como eleitos, para perceber que não devemos deixar de usar essa força na defesa intransigente das nossas ideias e convicções, mas sempre no limite ético do que pode ser útil à instituição que procuramos servir.

Fui eleito Reitor com um Programa de candidatura construído sobre quatro ideias-chave:

- a coesão institucional;
- a afirmação da Universidade de Coimbra;
- a eficácia e a participação democrática;
- a inovação e a qualidade.

Estas ideias gerais têm norteado e continuarão a nortear todas as nossas decisões:

Como quando propusemos ao Senado, que a aprovou por unanimidade, em 26 de Fevereiro, a criação de uma nova unidade orgânica da Universidade, a primeira que não é uma Faculdade, o Instituto de Investigação Interdisciplinar.

Ou quando, em 9 de Abril, apresentámos à Assembleia da Universidade propostas de alteração de vinte e seis artigos dos Estatutos, consagrando, nomeadamente, a existência da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física e a representação das unidades de investigação científica nos órgãos de governo. Três horas de intenso trabalho e uma preparação cuidada da reunião contribuíram para restituir a credibilidade da Assembleia e para restabelecer a esperança na capacidade de auto-reforma da Universidade.

Ou ainda quando, em 4 de Junho, apresentámos ao Senado uma proposta de reorganização dos serviços da estrutura central da Universidade. A necessidade de fazer evoluir um desenho pensado há quase trinta anos, pesado e de hierarquias complexas, com inúmeros factores de ineficácia e ineficiência, há muito se fazia sentir. O novo figurino incluiu a junção num único quadro, já publicado em DR, de dez dos anteriores quadros de pessoal da Universidade, com diminuição de 12.5% dos lugares nominais e subida do nível habilitacional médio. Procura-se uma maior eficiência dos serviços e uma maior racionalização dos recursos humanos, com mecanismos regulares de controlo interno e com benefícios evidentes para a instituição e para os funcionários.

Ou quando conduzimos o processo que culminou com a atribuição à Universidade de Coimbra, em cerimónia realizada no dia 17 de Junho, do certificado de conformidade com a norma internacional ISO: 9001/2000 do sistema de gestão da qualidade dos nossos serviços administrativos. Somos a primeira Universidade e dos primeiros organismos da administração pública portuguesa a obter esta certificação. O projecto está agora a ser estendido às Faculdades e aos restantes sectores da administração.

Ou quando ainda, por via de uma proposta consensualizada com os Senhores Presidentes dos Conselhos Directivos e com o Senhor Presidente da Direcção-Geral da AAC, foram dados passos importantes para eliminar aquilo a que chamei "a doença dos cadeados" e evitar a imagem negativa que através dela tem passado para o exterior. A posição que assumimos em conjunto, e que aqui recorro pela sua actualidade, passou por:

- reafirmar o direito inalienável dos estudantes à greve e à manifestação;
- reconhecer que esse direito não se pode exercer em prejuízo do normal acesso dos restantes universitários aos seus locais de trabalho;
- reforçar a coesão entre os corpos universitários e entre os membros da comunidade universitária, particularmente importante num momento em que a Universidade deve estar unida para enfrentar os desafios que se lhe colocam.

Não pode ainda esquecer-se, creio eu, a importância do lançamento da “Rua Larga”, cujo número 2 é hoje mesmo apresentado. O acolhimento que foi dispensado ao primeiro número, as suas características e a atenção com que estão a ser preparados os números seguintes, que incluirão em breve uma edição em linha, permitem pensar que, a curto-médio prazo, a “Rua Larga” poderá extravasar o circuito universitário e ir ao encontro de novos públicos e de novos leitores, desde logo cumprindo, p.e., a função de ligação aos antigos estudantes.

As ideias gerais acima referidas estiveram igualmente por detrás da preparação e da celebração do Protocolo com a Agência Portuguesa para o Investimento, com o objectivo de viabilizar, de valorizar e de dar público reconhecimento aos investimentos estrangeiros no nosso País. Muito se espera deste Protocolo e desde logo que ele permita a realização de acções de relevo e de grande visibilidade no âmbito do investimento estrangeiro, em Coimbra e na Universidade, e a esta o cumprimento da sua missão de instituição cidadã, contribuindo para o desenvolvimento económico e social da sua área de influência directa.

Num outro registo, Inês de Castro, José Carreras, Ney Matogrosso e Dave Holland são quatro nomes que ficam ligados a outras tantas experiências de inegável sucesso, de abertura à cidade, para a realização de espectáculos de grande qualidade, na zona mais central e mais nobre da Universidade, o Pátio das Escolas, ainda há menos de dois anos utilizado como estacionamento automóvel. Já em Setembro, a extensão da experiência, e do êxito, ao Jardim Botânico e ao Pólo II confirmou o enorme interesse da população e da Academia e a existência de recintos e locais que, salvaguardada a sua dignidade e a segurança dos espectadores, podem ser aproveitados para fins culturais.

Professores, estudantes e funcionários

No ano lectivo que agora termina, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 23 394 estudantes, dos quais 55% são do sexo feminino. Nos vários graus de ensino, de que a Pós-Graduação representa já 15% do total, apenas ao nível de doutoramento prevalece a maioria masculina. A percentagem de estudantes estrangeiros foi de 8.5%, valor que sobe para 18.3% se juntarmos os nacionais, nascidos no estrangeiro. Provêm de 55 países espalhados pelos cinco continentes, com maior relevância para os países da CPLP (917, dos quais 372 de Cabo-Verde, 169 do Brasil e 133 de Angola) e para a União Europeia (429, dos quais 139 de Espanha e 111 de Itália). Dos restantes países referirei que 28 vieram dos Estados Unidos, 23 da República Checa, um do Afeganistão e outro do Burundi.

Em contagem efectuada em 31 de Dezembro de 2002, a Universidade tinha ao seu serviço 1 454,2 docentes e investigadores ETI's (dos quais 783,7 doutorados) e 1179 funcionários. Chamarei a atenção para o ritmo actual de formação de pessoal docente e para a diminuição sustentada do excesso de pessoal não docente relativamente às quotas fixadas pelo Ministério que, iniciada há cinco anos, nos permitirá em breve ultrapassar uma das nossas maiores limitações: a impossibilidade legal de proceder à abertura de concursos externos.

Licenciaturas, pós-graduações, mestrados e doutoramentos

A Universidade de Coimbra tem actualmente em funcionamento 49 Cursos de Licenciaturas (1 dos quais criado no último ano), 117 Cursos de Mestrado (7 dos quais criados no último ano), 109 Cursos de Especialização ou de Pós-Graduação (15 dos quais criados no último ano) e 37 Ramos ou Áreas de Doutoramento, em 260

Especialidades. Os Cursos de Licenciatura mais recentes (Estudos Artísticos, Engenharia Biomédica, Engenharia do Ambiente e Comunicações e Multimédia) corresponderam uma vez mais às expectativas preenchendo, logo na primeira fase de colocações, a totalidade das vagas declaradas, sendo de esperar que o mesmo suceda na segunda fase com o Curso que agora se apresenta pela primeira vez, de Tecnologias da Informação Visual. No período em apreço, licenciaram-se na nossa Universidade cerca de 2 300 estudantes, 281 concluíram os seus mestrados, 91 os seus doutoramentos e 18 as suas agregações.

Investigação Científica

Os últimos resultados conhecidos do processo de avaliação das unidades de I&D são francamente estimulantes. Das 44 unidades que temos avaliadas (número idêntico ao de 1999), doze têm neste momento a classificação de excelente (contra 8 em 1999), enquanto 14 têm uma avaliação de Muito Bom. As nossas unidades classificadas com excelente ou muito bom representam 60.5% do número de unidades avaliadas (contra 54.6% em 1999) e os resultados obtidos situam-nos muito acima da média nacional. Desejo expressar o meu reconhecimento a todos quantos contribuíram para este sucesso, com uma referência especial, porque os bons exemplos devem ser seguidos, às nossas unidades de excelência.

Sabemos todos quantos a fazemos, ou fizemos, que na investigação científica o êxito de um só segundo resulta de vários anos de preparação paciente e aturada, do trabalho incógnito, insistente, por vezes alucinado, da solidão da biblioteca ou do laboratório, da persistência de formiga. Até por isso, mas também porque é a única efectuada por comissões efectivamente descomprometidas, exteriores e independentes, a avaliação das unidades de investigação científica é a melhor forma de que dispomos actualmente para auditar a qualidade do trabalho realizado. Muito embora possa haver excepções, este é, em geral, o domínio da verdade. Não há estratégia que possa esconder a falta dos argumentos decisivos, não há proximidade do poder que possa iludir um júri independente. Nenhum discurso, nenhum jogo de corredor pode compensar a falta de publicações científicas.

Não é, pois, de estranhar, que aqui se revelem, em toda a sua crueza, os desequilíbrios existentes entre instituições de ensino superior. Por aqui deveria passar uma clarificação dos conceitos e dos nomes, que tornasse possível, enquanto é tempo, atalhar caminho neste irresponsável percurso que temos vivido de deixar proliferar entidades que querem ser o que não são, nem nunca poderão ser, porque simplesmente o nosso País não tem dimensão para tantas.

Para ajudar a concretizar o novo impulso que desejamos dar às actividades de investigação científica, tornando-as igualmente mais visíveis e estruturando-as como núcleo duro de uma grande Universidade de Investigação, a equipa reitoral passará a contar, já a partir do início de Novembro, com um Vice-Reitor para a Investigação Científica, o Doutor João Carlos Sousa Marques. Detentor de um currículo científico invejável, autor de centena e meia de publicações em prestigiadas revistas internacionais, autor ou editor de livros e revistas, orientador de 25 teses de mestrado e de 15 teses de doutoramento, a sua experiência de organização de um grande Instituto Nacional de Investigação, e de gestão de um grande Departamento Universitário são trunfos indiscutíveis que agora poderá pôr ao serviço de toda a Universidade.

Crioestaminal

A Universidade de Coimbra tem hoje contratos de investigação científica e de prestação de serviços especializados com cerca de 1 200 instituições, públicas e privadas, centenas de empresas, 230 municípios, dezenas de Hospitais, dezenas de Tribunais, dezenas de Escolas de todos os graus de ensino. Estes contratos representam, no seu conjunto, um volume de negócios de cerca de 40% do Orçamento de Estado transferido, números impressionantes que desmentem a ideia pré-concebida de uma Universidade passivamente sentada à mesa do Orçamento.

Seguindo uma estratégia de ligação ao exterior que temos incentivado, de desenvolvimento de um novo espírito empreendedor, de incubação e consolidação de novas empresas, desempenham já um papel essencial o nosso Instituto Pedro Nunes e os Pólos Tecnológicos que temos em formação, dos quais não poderei deixar de referir a Associação Tecnopólo de Coimbra. Estão aqui dois grandes projectos da Universidade, a que acrescentarei na mesma linha de ligação à realidade empresarial, o IFEUC – Instituto de Formação de Executivos. Os três, aliás financiados no âmbito do POEconomia, contam com a participação de numerosos parceiros institucionais.

Não podendo referir-me a todas as empresas em incubação, quero deixar o exemplo da Crioestaminal, criada em Junho de 2003 por cinco licenciados da UC (um de Economia e quatro de bioquímica), que oferece a possibilidade de criopreservar as células estaminais do sangue do cordão umbilical de um recém-nascido, com o objectivo da sua eventual utilização no tratamento de diversas doenças ao longo da vida, do próprio e dos seus familiares. Os resultados ao fim de apenas quatro meses de actividade excedem as expectativas mais optimistas e permitem perspectivar, para breve, novas iniciativas de expansão do negócio.

O carro Ecológico

Penso merecer igualmente uma referência elogiosa o projecto de construção, por uma equipa da Universidade de Coimbra, de um protótipo de viatura automóvel cujo objectivo é o de percorrer a máxima distância com a mínima quantidade de combustível. Na sua última participação em concursos internacionais, o ECOveículo, projectado e construído por docentes e estudantes do Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC, conseguiu percorrer o equivalente a 1 606 Km com apenas 1 litro de gasolina, resultado que lhe permitiu obter um brilhante quinto lugar entre 42 concorrentes de todo o mundo, sendo o primeiro entre equipas universitárias. Na minha opinião, este projecto deve ser acarinhado pela Universidade, uma vez que:

- se insere na convergência de duas áreas científicas que se consideram estratégicas: Ambiente e Novas Tecnologias;
- Promove a colaboração entre investigadores de várias unidades;
- Envolve alunos de licenciatura em projectos de investigação de alguma complexidade;
- Publicita um dos sectores universitários que tem mostrado, por todo o mundo, maiores dificuldades em atrair estudantes;
- Projecta o nome ganhador da Universidade de Coimbra no contexto de um concurso internacional em que participam Universidades e empresas de grande prestígio.

O objectivo (todo o apoio deste tipo deve ser contratualizado e, portanto, ter objectivos definidos) é o de disputar os três primeiros lugares no concurso do próximo ano.

2. O fim de um ciclo

Para além dos acidentes de percurso, que assumem, por vezes, um intenso, mas fugaz, dramatismo no plano da política universitária, o ano em curso está a ser dominado pela alteração do enquadramento jurídico do ensino superior. Com a devida vénia aos colegas biólogos, retiro das ciências da vida uma analogia que me parece interessante para compreendermos esta evolução.

São reconhecíveis na estrutura das comunidades biológicas, duas características distintas:

- a diversidade, que assegura uma variedade de características e processos entre espécies, que torna a comunidade mais ou menos adaptada à conjuntura ambiental e que permite, em cada circunstância, que a Natureza siga o seu caminho, fazendo prevalecer algumas espécies (as mais bem adaptadas no momento e no local) sobre as outras;
- a identidade que assegura, dentro de cada espécie, a proximidade genética e funcional necessária à prevalência de estratégias de grupo e, desde logo, a capacidade de reprodução.

A primeira é, portanto, uma característica inter-específica, é válida entre espécies que concorrem entre si, cada uma esgrimindo, no palco da selecção natural, os argumentos de que dispõe para vingar, quando necessário à custa das outras. A segunda é uma característica intra-específica, é válida entre indivíduos da mesma espécie, autoriza a competição, moderada contudo pela prevalência de critérios de aproximação, de adopção de estratégias comuns de sobrevivência, como forma de responder às agressões do mundo exterior. As duas são essenciais, básicas.

A semelhança com o que se está a passar no ensino superior é evidente. Estão em curso alterações ao enquadramento jurídico das Universidades, de que se destaca uma Lei de Ordenamento (Lei 1/2003, já publicada), uma nova Lei de Financiamento (Lei 37/2003, já publicada), uma nova Lei de Autonomia e uma nova Lei de Bases da Educação (sintomaticamente deixa de se chamar Lei de Bases do Sistema Educativo), ambas em discussão na Assembleia da República. Por força destas alterações e dos mecanismos que estes textos consagram, 2003 ficará a marcar o momento em que as Universidades públicas deixam de ser entidades de uma mesma espécie para evoluírem para espécies diferentes, adoptando características diferenciadoras, próprias, que considerem adequadas à competição entre si pelos mesmos recursos e mercados, no nicho social em que se desenrola o seu trabalho. Assim será, p.e., com a fixação das propinas, ao permitir-se que cada Senado e até mesmo cada unidade orgânica fixe os seus próprios valores, eventualmente diferentes de uns cursos para os outros. Assim será com a estrutura de Governo, com a composição e competências dos órgãos, com o processo de escolha do Reitor. De certa forma, deixará de haver um sistema de ensino superior para haver, tão-somente, um conjunto de instituições de ensino superior.

Se esta lógica prevalecer, as Universidades públicas abandonarão, a prazo, o actual espírito de cooperação, prescindindo de uma estratégia comum de aproveitamento de recursos com vista à concretização de uma certa missão do Estado. No ambiente global (o mercado internacional), cada Universidade deixará de fazer parte de uma espécie bem representada (o sistema de ensino superior público português), com alguma dimensão e massa crítica, para, no seu individualismo, passar a ser uma espécie rara e, por conseguinte, muito mais vulnerável a prazo, à mercê das flutuações do seu nicho. Tal

como, num ecossistema, o desaparecimento de uma espécie-chave altera toda a sua estrutura e compromete a sua função, assim na sociedade a abolição do Ensino Superior como sistema organizado não deixará de afectar a função de formar e de produzir conhecimento e, conseqüentemente, de limitar a vitalidade da própria comunidade.

Não querendo dramatizar direi, pelo menos, que estamos no fim de um ciclo, a adoptar um novo paradigma para o sistema, a que me apetece chamar o paradigma do não-sistema. Dar-se-á como justificação que o modelo estava esgotado. Direi que, na medida em que isso possa ter alguma base de verdade, tal se ficou a dever ao alheamento completo de sucessivos Ministros, os mesmos que agora se agitam com propostas e receitas milagrosas e perversamente inovadoras. Direi, por outro lado, que para tornar possível e viável um verdadeiro sistema público constituído por instituições autónomas, bastaria que o Estado não tivesse confundido autonomia e desresponsabilização, que tivesse assumido o papel e tomado as decisões que mais ninguém pode assumir ou tomar por ele.

Não foi essa a escolha. Durante quinze anos, desde a publicação da Lei de Autonomia em 1988, o Estado não soube, ou não quis, valorizar o sistema público universitário. Agiu como se tivesse querido utilizar a Autonomia como antecâmara para a desagregação, evoluindo-se agora para algo parecido com o conceito de Universidade EP, talvez a abrir o caminho para o de Universidade SA. Como forma de introduzir alterações relevantes, desejo, em todo o caso, que a experiência se revele mais útil nas Universidades do que me parece estar a ser nos Hospitais.

Quero admitir que a intenção seja a de inverter esta orientação logo após terem sido feitas as primeiras duas dezenas de vítimas de entre as instituições de ensino superior actualmente existentes. Nesse caso, a estratégia adoptada poderá ter sido útil: perversa, mas útil. Não estou certo, no entanto, de que quem nunca deixou funcionar os mecanismos de concorrência entre entidades coordenadas de um mesmo sistema (veja-se o episódio recente das vagas a que me referirei mais adiante), possa deixar funcionar os mecanismos, muito mais duros e seguramente dramáticos, de concorrência entre espécies distintas. Esta possibilidade não é, aliás, coerente com o anunciado compromisso – inqualificável irresponsabilidade na actual conjuntura - de abrir duas novas universidades públicas.

Numa outra vertente, MCES afirmou e escreveu em Abril, em documento preparatório para a discussão sobre as alterações à legislação do ensino superior, o que nós próprios havíamos afirmado e escrito em Fevereiro e é hoje aceite por todos: que é imperioso distinguir entre ensino universitário e ensino politécnico e definir a respectiva missão e vocação institucional. Infelizmente, em clara contradição com esta ideia, prosseguiu-se na via facilitista mas desastrada da Lei nº 115/97, de 19 de Setembro, confundindo agora ainda mais os dois sub-sistemas, ao atribuir aos Institutos Politécnicos o direito de conceder o grau de Mestre. O Mestrado implica um aprofundamento da preparação teórica, o desenvolvimento de actividade de investigação, um corpo docente e investigador integrado em centros de investigação acreditados, bibliotecas actualizadas, um bom acervo de monografias e de revistas, laboratórios bem apetrechados e - talvez antes de tudo o mais - a existência de uma comunidade universitária e de um espírito universitário, indissociáveis dos graus académicos superiores à licenciatura. Se queremos estas competências em todas as Universidades e em todos os Politécnicos, não as teremos em lado nenhum. Cito Philippe Busquin, comissário europeu da ciência e da investigação: "Na Europa há lugar para todos, mas nem todos podem fazer as mesmas coisas". É preciso evitar este plano inclinado que está a retirar aos Politécnicos a sua capacidade específica para formação de técnicos especializados de nível superior,

transformando-os em Universidades de segunda, e a “empurrar” algumas Universidades para um campo de actuação que não deveria ser o seu, transformando-as em Politécnicos de segunda. Ninguém ganha com isto.

Será de mais, pedir a quem se diz empenhado na concretização dos objectivos que vão definir o Espaço Europeu de Ensino Superior que contribua, antes de tudo, para atingir esses objectivos em Portugal? Ou será que não se percebe que enquanto não fizermos esse exercício interno não adquiriremos a maturidade e a experiência para participar em vãos mais ousados? E que enquanto isso não sucede consideraremos sempre o caminho para Bolonha como um conjunto de imposições burocrático-administrativas, às quais nos conformaremos apenas superficialmente, maquilhando a pintura e mexendo o menos possível no essencial?

Falámos de dois aspectos e poderíamos ter falado de muitos outros. Os nossos textos, os nossos longos e detalhados comentários críticos e sugestões de trabalho foram, com tempo, enviados ao Ministério e podem ainda hoje ser consultados em linha, na página da Reitoria. Não poderá, desta vez, a Universidade ser acusada de não ter contribuído para a discussão. Tenho pena que não tenha sido mais ouvida.

3. Questões emergentes

O Financiamento

Em matéria de financiamento, defendi que o momento não poderia ter sido mais mal escolhido para exigir uma modificação da anterior legislação. Gostaria que a evolução dos acontecimentos não me tivesse dado razão.

Foi iniciativa das Universidades, através de um documento que eu próprio preparei no âmbito do CRUP e apresentei em Maio ao Senhor SE, a proposta de introduzir, na metodologia de cálculo do financiamento, critérios de qualidade e de eficiência das instituições e de aumentar a importância relativa do financiamento contratualizado. As Universidades não só não temem ser avaliadas como são elas mesmas que reclamam que dessas avaliações se extraíam as devidas consequências orçamentais. Apenas exigem que os cursos que outorgam o mesmo diploma sejam avaliados segundo a mesma bitola.

Apresentei igualmente ao Senhor SE um conjunto de mecanismos simples que poderiam ter permitido a concretização prática destas ideias, já no OE de 2004. Infelizmente, não por falta de vontade ou de iniciativa das Universidades, não será ainda assim no próximo ano. Também neste campo, as Universidades promoveram activamente a valorização da qualidade e da eficiência e constataam que estes objectivos, apesar de muito apregoados pela tutela, foram uma vez mais adiados.

Outros não o foram. Ao contrário da anterior, a nova Lei é omissa quanto à definição do grau de responsabilização do Estado em matéria de financiamento do Ensino Superior, remetendo-a para publicação de uma portaria que, ao que tudo indica, será anualmente modificada em função das disponibilidades do Estado. Bem ao contrário, a nova Lei é muito objectiva em matéria de propinas.

Quanto ao primeiro aspecto, o orçamento transferido, penso que se perdeu uma boa oportunidade para chegar, entre Governo e Universidades, a um compromisso aceitável. Com efeito, não se repetirão, no futuro, as circunstâncias que levaram no passado recente a aumentos substanciais do Orçamento-Padrão (aumento de 15,3% entre 1999 e

2000, contra um aumento de apenas 1,3% entre 2003 e 2004, com tendência para diminuir). Como tal, a assumpção pelo Estado de um Orçamento Transferido definido como percentagem do Orçamento-Padrão comportaria, agora, um risco aceitável, sobretudo tendo em consideração as vantagens políticas dessa decisão: o reforço da confiança institucional e o incremento de uma cultura de planeamento e de gestão racional de recursos, só possível se assentar sobre um compromisso orçamental firme e plurianual da tutela. Podendo fazê-lo, o Estado não foi sensível à necessidade de concretizar aqueles objectivos e perdeu uma oportunidade única para resolver, em consenso, o tradicional diferendo nesta matéria.

A coragem dos Reitores

Quanto às propinas, optou-se, na minha opinião, pela pior das soluções. Levantam-se duas questões relevantes:

- o montante das propinas;
- a quem compete defini-lo.

Ou se considera que o ensino superior é um bem social, de acesso mediado através de uma taxa moderadora a definir pelo Estado, igual para todo o território nacional, ou então que é um bem de mercado, como tal aberto à concorrência, com custos de acesso a definir em função das regras da oferta e da procura. O actual enquadramento constitucional e jurídico não deixa margem para dúvidas: as Universidades públicas cumprem uma missão do Estado prestando um serviço público de superior relevância nacional ao preparar as elites culturais, intelectuais, científicas e técnicas necessárias ao desenvolvimento do País. Ao deixar a cada Universidade pública (e até mesmo a cada unidade orgânica com autonomia administrativa e financeira) a responsabilidade de fixar as propinas dos seus cursos, a nova Lei vem misturar alhos com bugalhos. Vem pôr os Reitores, os Senados e os Conselhos Directivos a "brincar ao mercado", dando-lhes a sensação de que podem valer-se da qualidade e de outras vantagens relativas da sua instituição num contexto em que, o primeiro critério de escolha de uma parte significativa dos alunos, é o da proximidade geográfica. Mas, para que não vá o sapateiro acima da chinela, limita-se-lhes a "brincadeira" a apenas 6.8% do custo total do "produto". Tal é a diferença entre o mínimo e o máximo estabelecidos.

Estando o problema mal equacionado foi, pois, de toda a conveniência camuflá-lo atrás de uma discussão de elevado potencial mediático, para a qual não faltaram credenciados editorialistas e fazedores de opinião, sobre a questão de saber se os Reitores teriam ou não coragem para impor aos estudantes propinas mais elevadas. O mote foi, aliás, prontamente abandonado, quando se tornou evidente que os Reitores estavam, como lhes competia, mesmo contra vontade, a cumprir a Lei.

O que se diz à opinião pública: os Senhores Reitores, que andam há tantos anos a queixar-se de falta de dinheiro, não têm coragem política para aumentar as propinas.

A realidade: o Estado, que não tem meios para continuar a suportar os encargos orçamentais decorrentes de vinte anos de políticas irresponsáveis de proliferação de estabelecimentos de ensino superior e que não quer assumir o ónus político de encerrar alguns ou de aumentar os impostos (que aliás não consegue fazer pagar), transfere para as instituições a obrigação de aumentar as taxas de frequência entre 30% e 140%, de forma a que elas possam acomodar, nos próximos três ou quatro anos, as reduções de orçamento transferido.

Fica por esclarecer por que não se atribui também aos juizes a responsabilidade de fixar as taxas e os emolumentos da justiça para o seu Tribunal; ou aos directores dos hospitais a de fixar as taxas moderadoras de saúde para a sua unidade; ou aos responsáveis da BRISA, a responsabilidade de decidir o valor das portagens de pontes e auto-estradas, talvez até diferenciadas entre vias, consoante, por exemplo, a qualidade do alcatrão. Ou ainda aos Directores de Finanças a possibilidade de acrescentar aos impostos uma taxa autónoma, local, para comprar mais computadores ou para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Meus senhores: não é da coragem dos Reitores que nós estamos a falar, mas sim da desagregação da autoridade do Estado. A autoridade conquista-se quando se enfrentam as consequências de decisões difíceis e impopulares. Degrada-se quando endossamos para outros a responsabilidade que deveria ser nossa.

O montante das propinas

A discussão sobre a questão de saber quem deve fixar as propinas conduz directamente à questão do seu aumento. Tinha vontade de não dar a este assunto mais do que a importância relativa que ele tem no contexto do financiamento do funcionamento das Universidades: 6,8%, como já disse. Tinha intenção de não deixar que as propinas se sobrepusessem ao essencial da discussão do problema. Que 6.8% prevalecessem sobre os restantes 93.2%. A questão do aumento das propinas adquiriu, no entanto, uma importância política tal que não posso, nem quero, desvalorizá-la.

Tenho para mim que a propina é, não só, socialmente admissível como taxa moderadora de acesso a um bem que é posto à disposição dos cidadãos, como pode até ser aconselhável, como forma de valorizar esse bem. Mas a fixação do seu valor deve ser fortemente condicionada pela necessidade de aumentar o nível de habilitações médias da população - Portugal tem um dos mais baixos da Europa - e pelo preceito constitucional de um ensino tendencialmente gratuito. A fixação do valor das propinas deve ter em conta estes pressupostos e não pode também deixar de considerar o historial recente do financiamento das Universidades.

Atendendo a tudo o que se disse e escreveu a este respeito desde a publicação da anterior Lei de Financiamento (1997), pode afirmar-se, sem risco de desmentido, o seguinte:

- Nunca o Estado conseguiu cumprir o compromisso orçamental que assumiu no âmbito da anterior Lei (Lei 113/97), o que se traduziu num percurso de divergência continuada dos orçamentos das Universidades em relação ao chamado Orçamento-Padrão;
- Nunca o aumento das propinas significou aumento de receitas globais das Universidades, antes serviu de pretexto para diminuir de iguais montantes, até ao último cêntimo, os orçamentos transferidos;
- Com a nova Lei em vigor, o aumento das propinas é acompanhado, uma vez mais, de uma diminuição do orçamento transferido para 2004;
- Interrogado directamente sobre este ponto, o Ministério da tutela não quis (ou não pôde) assumir qualquer compromisso para o futuro, nem sequer o de manter em 2005 um orçamento transferido que represente a mesma percentagem do Orçamento-Padrão a transferir em 2004.

Apesar da insistência da Universidade de Coimbra e do CRUP, não foi possível consagrar na nova Lei de Financiamento, como já referi, um compromisso de financiamento numa base objectiva, de estabilidade plurianual, que seria a chave de uma gestão estável das instituições e de uma relação de confiança com a tutela. Nas circunstâncias actuais, num contexto de apertos orçamentais do Estado e de dificuldades em cumprir o Pacto de Estabilidade, a única conclusão realista parece ser a de que o aumento das propinas será, como no passado, progressivamente erodido pela redução das transferências orçamentais. A Universidade ficará com o odioso e sem o dinheiro.

Só em 23 de Setembro de 2003 o MCES informou as Universidades sobre a dotação do OE para 2004 e sobre o Orçamento dos Serviços de Acção Social. Fê-lo com bastante atraso relativamente ao prometido e ao que foi a prática de anos anteriores. Por isso, só no início de Outubro pôde o Senado ser chamado a pronunciar-se sobre o valor das propinas. Ora, nessa altura, já as matrículas estavam encerradas (30 de Setembro) e o processo de inscrições há muito iniciado. Fixar um valor de propinas diferente daquele que, nos termos legais, tinha sido usado até então, correspondia a alterar as regras a meio do jogo, tratando diferentemente cidadãos que têm os mesmos direitos.

Por estes motivos e também porque o aumento das propinas, mesmo para os valores mínimos, representa já um considerável esforço acrescido para as famílias, pareceu-me razoável e justo propor ao Senado a fixação, para o presente ano lectivo, do valor mínimo legal.

Entretanto, a nova Lei de Financiamento veio alterar substancialmente a lógica de funcionamento do sistema público de ensino superior, e este novo enquadramento torna insustentável, já a curto prazo, a manutenção das propinas no seu valor mínimo. Com efeito, num contexto de competição entre Universidades que o novo enquadramento legal indicia, considero que não é possível assumir uma perda relativa de capacidade de investimento de cerca de oito milhões de euros por ano. Os órgãos de governo da Universidade de Coimbra não podem privá-la deste significativo fundo de investimento. Por outro lado, com uma Lei que atribui às unidades orgânicas com autonomia administrativa e financeira a capacidade para fixar elas próprias as suas propinas - o que constitui um ataque directo à unidade e à coesão das Universidades - a proposta que apresentei ao Senado de fixar o valor máximo para os anos 2004/2005 e seguintes, procurou igualmente ter em conta a opinião e os interesses das várias Faculdades e as diferentes sensibilidades existentes no seio da comunidade universitária sobre esta matéria.

Bati-me, como todos sabem, contra o aumento das propinas. Defendi as minhas opiniões em público e em privado, em entrevistas a jornais, a rádios e televisões. Em reuniões abertas ou restritas com os responsáveis ministeriais e junto dos outros reitores em acesas discussões no CRUP. Em documentos que preparei no âmbito do processo de alteração da Lei de Financiamento. Apreciei e respeito alguns argumentos contrários mas, no essencial, mantenho a minha opinião. Não posso, no entanto, por orgulho pessoal, teimosia ou simples incapacidade para fazer uma leitura realista das circunstâncias em que tenho de mover-me, conduzir a Universidade por caminhos que não seriam os melhores para o seu futuro.

Como Reitor não tenho o direito de utilizar a Universidade como instrumento de luta política pelas minhas ideias. Pode e deve exigir-se-me (é pelo menos isso que este Professor faz a este Reitor), a defesa intransigente dos interesses da Universidade; também a defesa dos interesses dos universitários mas só enquanto estes não forem incompatíveis com aqueles.

Defendi igualmente perante o Senado que a melhor forma de aproveitar eficazmente esta capacidade e de a transformar numa vantagem competitiva relativamente a outras Universidades é a afectação deste fundo à prossecução de uma estratégia coerente de investimento da Universidade como um todo, a definir pelo Senado.

A Secção de Planeamento, Gestão e Património aprovou, com o voto favorável dos representantes de todas as Faculdades e dos funcionários, a proposta que apresentei no cumprimento das minhas responsabilidades como Reitor, estando, neste momento, o assunto em discussão no Plenário, que ainda não se pronunciou pelas razões conhecidas.

A este propósito, lamento e critico com veemência o abandono do Plenário do Senado, no passado dia 1 de Outubro, por parte dos estudantes que o integram. Não por ter ficado sem quorum. Esta situação verifica-se uma vez ou outra quando faltam alguns professores, estudantes ou funcionários. A minha crítica baseia-se no entendimento que faço das regras de gestão democrática e do funcionamento democrático dos órgãos colegiais. Aqueles que os integram fazem-no para servir os valores e os interesses da Instituição a que pertencem. Não podem aproveitar a sua participação nesses órgãos para boicotar o seu funcionamento normal. Cada um tem direito de expor as suas razões e de tentar convencer os outros da bondade delas. Mas tem igualmente o dever de ouvir os outros, de estar aberto a deixar-se convencer pelos argumentos alheios e de se sujeitar ao resultados das votações democráticas. Não é legítimo que se reivindique o direito de participar em órgãos colectivos de gestão democrática, como o Senado, e se utilize essa participação para matar a própria vida democrática e inviabilizar a gestão democrática.

Por esse caminho, os estudantes provocarão sérios danos à Universidade que dizem querer defender e dão argumentos aos que pretendem – o que não é o meu caso – o seu afastamento dos órgãos. É meu dever dizer desassombradamente o que penso a este respeito. Espero que os estudantes saibam entender o que está em causa, saibam salvaguardar e fortalecer a coesão institucional que é, e tem de continuar a ser, um dos nossos grandes trunfos e uma marca da nossa identidade.

Dito isto, quero deixar claro que não respondi, nem responderei, pela força. Assumi o compromisso de não recorrer à intervenção da polícia sempre que um conjunto de estudantes “pisa o risco”. Fi-lo, não só por ser essa a prática de uma Reitoria centenária que quase sempre soube impor ao regime os seus próprios princípios de convivência universitária, mas também porque o funcionamento formal da democracia universitária é apenas um dos bens (e não o único) a preservar e nunca à custa da força policial. Um Senado Universitário, et pour cause o da Universidade de Coimbra, não é apenas um órgão de governo. Quando o for, poderá ser substituído com vantagens por um Conselho de Administração. É também um círculo de ensino e de aprendizagem de práticas democráticas, por onde têm que passar e têm passado, sobretudo nos momentos mais difíceis, a auto-avaliação e a auto-limitação, sendo mais compreensível que a tentação de recorrer a meios censuráveis no campo da democracia formal venha da parte dos estudantes do que da parte do Reitor.

Entendo que devemos resolver rapidamente esta questão, que nos é imposta de fora, para nos prepararmos, como Universidade, para o duro ano que agora começa. Entendo que é no campo do reforço da coesão universitária, que outros procuram atingir, e não no do confronto entre corpos, que outros procuram acicatar, que devemos ir buscar a forma e os meios de o fazer.

A fixação de vagas

A autonomia que reclamam para nós, quando se trata de alienar uma responsabilidade incómoda e que deveria ser indelegável - a fixação de propinas - é a autonomia que nos retiram quando nos impõem cortes cegos e injustificados do número de vagas para candidatos ao primeiro ano.

No documento de orientações gerais que distribuiu em Abril, o MCES proclamou a sua intenção de, cito, “reforçar a autonomia das instituições no processo de selecção dos seus estudantes.” Tal intenção perde toda a credibilidade quando é seguida pela tentativa de impor uma redução administrativa, geral e arbitrária, do *numerus clausus* às Universidades públicas, mesmo nos cursos em que estas têm largamente preenchido as suas vagas. Trata-se, a meu ver, de uma medida totalmente injustificada. Talvez por ter reconhecido isso mesmo, e perante a forte reacção dos Reitores e da comunidade universitária, foi dada oportunidade às Universidades de modificarem a proposta inicial do Ministro, aliviando, mas não eliminando, o conjunto de restrições inicialmente impostas. Como consequência, foi possível fazer entrar na Universidade de Coimbra, na primeira fase de colocações, mais cento e setenta e oito estudantes do que os que teriam entrado se não tivéssemos modificado a proposta inicial do Ministro, elevando para 87% a percentagem de vagas ocupadas na primeira fase de colocações e colocando a nossa Universidade entre as três mais procuradas. Este êxito relativo mostra que a gestão universitária de hoje não se faz apenas de bom senso e que as decisões políticas não podem deixar de ser fundamentadas tecnicamente. Neste caso concreto, se nos tivéssemos empertigado na manutenção de vagas exageradamente elevadas face à procura expectável, o nosso magro orçamento para 2004 teria sofrido um golpe adicional de cerca de um milhão de euros. Felizmente não o fizemos o que permitiu, aliás, que a Universidade de Coimbra tenha sido das que perdeu menos em relação ao Orçamento de 2003.

Fica, no entanto, deste processo, a grande preocupação pela dificuldade em captar alunos na área da formação de professores de línguas e literatura e em algumas áreas científicas e tecnológicas. A Reitoria trabalhará com as Faculdades de Letras e de Ciências e Tecnologia para encontrar respostas adequadas a este problema. Aproveitando a comemoração em 2004 do Ano Internacional da Física, solicitei entretanto ao Doutor José Dias Urbano a elaboração de um estudo e a formulação de uma proposta que possa constituir uma base de acção, a apresentar à Senhora Ministra, para articulação de uma política nacional tendente a aumentar as chamadas vocações científicas. O problema não é só de Coimbra, nem só do nosso País, mas a Universidade de Coimbra sairá prestigiada se tiver, também nesta matéria, um papel de liderança nacional.

Os Curadores

Temos o hábito de procurar, em países que são as nossas referências, exemplos daquilo que gostaríamos de ter ou de ser. Não sendo, alegadamente, tão bons como “lá fora” em matéria de gestão universitária, propõem-nos sistemas de Governo, mecanicamente transpostos, como se fosse possível retirá-los do contexto e fazê-los funcionar entre nós com a mesma eficácia. Nestes processos, com a sofreguidão de melhorar o que temos, não raro esquecemos que a chave do êxito dos outros, a única coisa que mereceria ser, de facto, importada – a cultura, a educação, a disciplina e a organização sociais – não pode sê-lo.

Entretanto, enquanto não chega “de fora” a resolução de todos os nossos problemas e não se vislumbra, cá dentro, investimentos sustentados em cultura e educação, resta-nos continuar a fazer, honestamente, o nosso trabalho, recorrendo a todos quantos possam contribuir para melhorar procedimentos, para racionalizar circuitos, para adoptar estratégias mais adequadas.

Para além das equipas de auditoria externa que têm feito longas residências entre nós (PRODEP, IGE, IGF, Tribunal de Contas), cujo trabalho nós saudamos e agradecemos e cujos relatórios utilizamos para corrigir, sem tibieza, as faltas detectadas, para além do serviço de auditoria interna, essencial num contexto de modernização e de qualidade, que estamos a montar no âmbito da reorganização dos Serviços, contaremos, em breve, com a colaboração de uma equipa de auditores estrangeiros, holandeses, que nos ajudarão a identificar os pontos em que poderia haver uma melhor gestão de recursos, nomeadamente físicos. Saberemos do que teremos de prescindir se quisermos ser tão bons como os melhores. Porque se é com os melhores que nos queremos comparar, se é a este nível que entendemos dever situar-nos, é por esta via que temos que seguir.

Somos nós que exigimos prestar contas do que fazemos. Somos nós que reclamamos auditorias e outros meios de controlo democrático do Estado. Somos nós que nos dotamos de serviços de qualidade. Nós sabemos reconhecer os erros, quando os detectamos, e sabemos corrigi-los. Não precisamos de curadores. No âmbito de uma Autonomia em que o Estado saiba cumprir, tão bem quanto a Universidade o tem feito, os seus deveres e obrigações, nós sabemos curar de nós.

Fica patente o nível das nossas preocupações nesta matéria. Com convicção o afirmo: não é fácil encontrar na administração pública portuguesa um sector que dê ao Estado tão poucos problemas de gestão.

Quando lemos que o Governo conseguiu, no termo de uma épica e patética cruzada, adquirir um software de gestão que lhe permite conhecer, finalmente, quanto gastam os militares; quando verificamos os níveis de descontrolo orçamental do nosso sistema de saúde ou a ineficácia dos serviços de cobrança de impostos, ou as constantes derrapagens nas obras públicas, compreendemos a iniquidade de uma campanha generalizada que visa, em última instância, limitar os recursos afectos à Universidade tentando fazer passar a ideia que ela absorve mais do que a fatia a que tem direito no contexto da sociedade portuguesa.

E no entanto, se a construção da Casa da Música, no Porto, tivesse sido bem gerida, os recursos libertados (50 milhões de euros) teriam permitido cabimentar o edifício de uma Faculdade com uma área útil equivalente à da própria Casa da Música e ainda, em jeito de bónus, reduzir a zero a totalidade das propinas dos estudantes da Universidade do Porto durante os cinco anos de construção daquela obra.

Se o valor da adjudicação inicial da Ponte Europa, em Coimbra, não tivesse sido ultrapassado, ter-se-iam libertado recursos (60 milhões de euros) que permitiriam cabimentar, de uma só vez, todas as intervenções ainda não iniciadas em edifícios escolares nos Pólos I, II e III de Desenvolvimento da Universidade de Coimbra que, ao ritmo actual de investimento, se prevê apenas ser possível concretizar em cerca de 15 anos.

O valor da derrapagem anual do Sistema Nacional de Saúde (diferença entre a despesa total anual e o orçamento inicial), 4.2 mil milhões de euros em 2002, é mil vezes superior ao que o Estado poupa em 2004 com a entrada em vigor da nova Lei de Financiamento do Ensino Superior.

Se fossem eliminados os benefícios fiscais introduzidos em sede de IRC sem que se vislumbre uma compensação social óbvia para a sua existência, a receita adicional arrecadada num só ano (200 milhões de euros em 2002) suportaria durante três anos a diferença entre a propina mínima e a propina máxima da totalidade dos estudantes das Universidades públicas.

Se o Imposto sobre o Património representasse em Portugal a mesma proporção do PIB que na média dos países da União Europeia, a receita adicional arrecadada num só ano (1 500 milhões de euros) representaria trinta anos de investimento no conjunto das Universidades públicas, ao nível do que se prevê para 2004.

Se a distribuição dos rendimentos declarados para efeito de IRS fosse coerente com a distribuição no PIB dos rendimentos de trabalho e de capital, a receita adicional arrecadada num só ano (3 000 milhões de euros) daria, em estimativas conservadoras, para financiar três vezes os Planos de Desenvolvimento da totalidade das Universidades portuguesas.

A este conjunto de informações juntem-se agora as seguintes:

A soma das derrapagens orçamentais da totalidade das Universidades públicas portuguesas entre 1997 e 2003 (inclusive) foi de zero euros.

A soma dos trabalhos a mais referentes à totalidade dos 62 contratos de empreitada e dos 192 contratos de fornecimento de bens ou serviços celebrados pela Universidade de Coimbra entre 1989 e 2003 (inclusive), no âmbito da prossecução do seu Plano e Desenvolvimento, num montante global contratado de 78.7 milhões de euros, foi de zero euros.

Por favor, se querem ser úteis à Universidade, curem de encontrar curadores para os outros.

Cada minuto que se passa, em Portugal, a discutir o aumento das propinas, o financiamento, a gestão ou o governo das Universidades é, neste contexto, apenas mais um minuto que se perde sem discutir a falência das formas de administração de outros sectores que determinam, esses sim e não o nosso, a saúde orçamental do Estado e cuja correcção poderia, efectivamente nesses casos, ter significado.

As propinas, o financiamento, a gestão e o governo das Universidades estão desde há muito a funcionar como lebres sobre as quais se precipitam os galgos da comunicação social, que assim se distrai e nos distrai dos motivos que deviam concentrar as preocupações dos responsáveis pela administração pública portuguesa.

4. Em curso

Relações Internacionais

Caros colegas

Senhoras e Senhores:

Tenho consciência do enorme trabalho que está à nossa frente ao nível do ensino e da pedagogia, e do reforço da nossa posição em matéria de Relações Internacionais. Em Maio do próximo ano vamos receber em Coimbra uma reunião geral do CUM – Conselho das Universidades do Mediterrâneo e começamos já a preparar igualmente a reunião geral do Grupo de Coimbra, que se realizará entre nós em 2005, por ocasião das

comemorações do seu 20º aniversário. Nesta rede, mantemos actualmente representantes em cinco Grupos de Trabalho (cooperação com a América Latina, cooperação com os países ACP, ensino à distância, investigação e doutoramento e EPET, este sobre desenvolvimentos curriculares) enquanto numa outra, o Grupo de Tordesilhas, iniciámos contactos para viabilizar a abertura das nossas Faculdades ao acolhimento de estudantes brasileiros.

Constituímos um Grupo de Missão para o Espaço Europeu de Ensino Superior, estamos a preparar o Guia ECTS da Universidade, para obtenção da “Certificação ECTS”, e trabalhamos igualmente no chamado Suplemento ao Diploma, passos iniciais de evolução para a concretização das obrigações decorrentes da Convenção de Bolonha. Prossegue o acompanhamento a projectos de Masters Europeus, de duplos diplomas, bem como da criação de um centro de mobilidade no âmbito da investigação, no Serviço de Relações Internacionais.

Paralelamente, terminámos recentemente um ciclo de avaliação de catorze cursos e estamos agora a iniciar o processo de auto-avaliação de 7 outros.

Gestão e qualidade

2004 será, assim o espero, um ano de expansão da influência da qualidade na gestão. Vencido um período transitório prévio à instalação física adequada dos serviços da nova estrutura central, previsivelmente até ao fim do primeiro semestre de 2004, estabilizadas as soluções de afectação de pessoas às novas funções, tornar-se-ão progressivamente mais visíveis os resultados de iniciativas já hoje em curso: a extensão do sistema de gestão da qualidade aos restantes Serviços da estrutura central e às Faculdades.

A mudança em curso é um teste muito exigente, que põe à prova as capacidades de liderança dos responsáveis e as capacidades de adaptação dos trabalhadores. Todavia, a cada novo dia de trabalho surgem provas de dedicação e profissionalismo que reforçam a confiança na nossa capacidade para percorrer o caminho traçado para a excelência.

Temos como meta de médio prazo a integração de toda a Universidade num ambiente coerente de qualidade baseado num funcionamento em rede e no aumento das capacidades locais de processamento de informação para a gestão, propiciando um nível de eficiência que nos faça parecer obsoleto o que hoje temos.

Transferências de Saber e Gestão da Inovação

Vivemos indiscutivelmente numa sociedade do conhecimento. É através dele, mais do que a partir de outros recursos, que se organizam e se desenvolvem os sectores de actividade económica, as cidades, as regiões e os países. Esta evidência lança um conjunto apreciável de novos desafios, que obrigam a uma reflexão profunda sobre os papéis, iniciativas, prioridades e intervenções das instituições que, como as Universidades, desempenham um papel central na produção e divulgação do conhecimento.

Da possibilidade de ligação e de entendimento entre a Universidade e as empresas depende, em boa medida, o êxito de uma estratégia económica ganhadora, assente na inovação e na qualidade, na criação de novos produtos, capazes de impor o nome e a marca de Portugal num mundo cada vez mais globalizado e concorrencial.

De entre as missões da Universidade de Coimbra assumem, por isso, cada vez mais importância relativa, as actividades de extensão universitária e de prestação de serviços especializados, aliás devidamente consagradas nos próprios Estatutos da Universidade e agora valorizadas na Lei 1/2003.

A Reitoria promoverá a curto prazo a regulamentação destas actividades através de documentos orientadores, para cuja preparação a resolução 6/96 do Senado será um óptimo ponto de partida. Da mesma forma apresentámos já a Senado, a regulamentação da utilização da propriedade intelectual e do envolvimento de docentes na criação de empresas, a operacionalizar com o apoio técnico do Gabinete de Apoio à Propriedade Intelectual do IPN.

Na esfera da promoção do empreendedorismo, a acção da Reitoria passará pelo desenvolvimento de parcerias com o sistema bancário de modo a criar um fundo para apoiar financeiramente a criação de novas empresas por alunos, ex-alunos e colaboradores da Universidade. Está em preparação a criação, em colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra, de uma categoria específica do prémio “Coimbra Inovação e Excelência” destinado a reconhecer spin-offs de qualidade; e ainda a organização de acções de formação sobre este tema e o estímulo à sua inclusão nos planos curriculares de licenciaturas.

Em articulação com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, procuraremos desenvolver um Programa de Sabáticas em Realidade Empresarial (SER) e promover um conjunto de visitas recíprocas entre universitários e empresários, entre unidades de investigação e empresas.

Para acompanhar tecnicamente este conjunto de actividades foi criado e está em instalação o GATSUC, enquadrado como Projecto Especial no quadro da reorganização de serviços actualmente em curso, que funcionará no Pólo II. Com níveis de qualidade previamente estabelecidos e assumidos, esta estrutura leve visa colocar os saberes da Universidade de Coimbra à distância de um único número de telefone e promover, de uma forma activa, uma nova imagem da Universidade junto dos seus potenciais parceiros empresariais.

Investimento

Quanto ao desenvolvimento físico da Universidade, é de referir a previsível entrada em funcionamento, dentro de um ano, do primeiro edifício da Faculdade de Medicina no Pólo das Ciências da Saúde, a conclusão prevista para Março de 2004, do “Edifício Central da FCTUC”, assim como a entrada em funcionamento, dentro de quinze dias, de duas novas Residências de Estudantes no Pólo II – uma com capacidade para 168 camas e outra com capacidade para 38 camas.

Depois de vários anos de investimento na Universidade de Coimbra abaixo da média nacional, o Governo parece ter compreendido a necessidade de corrigir esta situação, prevendo-se que 2004 possa assistir ao início da construção dos edifícios da Biblioteca, da Faculdade de Farmácia, do Restaurante e da Residência, esta com 250 camas, todos no Pólo das Ciências da Saúde, bem como a conclusão dos projectos técnicos dos edifícios das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação e de Ciências do Desporto e Educação Física, ambos no Pólo II.

É também com prazer que anuncio, após vários anos de preparação de projectos e dossiês, que está já aberto o concurso público para realização das obras para instalação

da primeira fase do Museu das Ciências no edifício do Laboratório Chimico, com abertura ao público prevista para os primeiros meses de 2005.

Novos Públicos

Prosseguindo na via da criação de novos públicos e da formação ao longo da vida, serão celebrados ainda em Novembro deste ano, protocolos com o CEFA (Centro de Estudos e de Formação Autárquica) e com o IEPF (Instituto de Emprego e Formação Profissional), protocolos que permitirão enquadrar e financiar Cursos de Pós-Graduação e de Mestrado, respectivamente sobre “Gestores de Formação para as Autarquias”, e sobre “Formação de Formadores”.

Também com o IDICT (Instituto para o Desenvolvimento e Investigação das Condições de Trabalho) está a ser preparado um protocolo para a realização de 23 Auditorias a Instituições do Ensino Superior Nacionais que ministram Cursos de Formação Pós-Graduada em “Técnicos de Higiene Segurança do Trabalho”.

Cultura

A Semana da Mostra Cultural está a ser preparada em novos moldes. Pretendemos um Programa menos abundante, mas mais seleccionado e coerente, organizado em torno de um tema central que será, em 2004, “Ciência e Sociedade: a cultura científica em Portugal e no Mundo”.

Entretanto, o 1.º de Março será objecto de uma comemoração distinta do habitual: as Faculdades aproveitarão para realizar um “Dia da Porta Aberta”, virado para os estudantes do Ensino Secundário. Da parte da tarde, a sessão solene do Auditório da Reitoria será enriquecida com a atribuição do “Prémio Universidade de Coimbra” a uma personalidade de mérito da cultura ou da ciência portuguesas, escolhida por um júri de elevada craveira.

Num outro registo, a Reitoria procurará oferecer todos os anos à cidade e ao país um bom Colóquio de Outono sobre um tema de reconhecida actualidade. A estreia far-se-á com a realização do colóquio “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações”, que terá lugar no Auditório da Reitoria entre 29 e 31 de Outubro.

Paralelamente, a Reitoria tem trabalhado na preparação de uma Agenda Cultural, com início previsto para Janeiro de 2004, que cruzará a programação própria, com a de todas as Faculdades, com as actividades dos museus universitários e com as agendas do TAGV e da Associação Académica.

Outros projectos

Diversas outras iniciativas estão a ser tomadas, num padrão de diversificação de formas jurídicas e de apoios, com vista a atrair investimentos de outro jeito inacessíveis. Destacam-se nomeadamente, por corresponderem a outras tantas experiências inovadoras:

- A constituição, entre a Universidade e a Câmara Municipal, da Diver[sc]idade, EM, com vista à gestão e manutenção do espaço público no interior dos Pólos Universitários. Esta empresa municipal terá igualmente a responsabilidade de gerir e explorar o estacionamento, incluindo a construção de Parques.

- A preparação de parcerias público-privado para construção de equipamento residencial e de comércio tornando possível a rápida concretização de infra-estruturas que, ao ritmo do investimento público, poderiam ser atrasadas várias dezenas de anos.
- A instituição de uma Fundação em que participarão, como fundadores, a Universidade, a Câmara Municipal e o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, que procurarão interessar no projecto outras entidades, quer públicas, quer privadas. Pretende-se proporcionar a gestão integrada do complexo museológico da Universidade e do próprio Museu Nacional da Ciência e da Técnica dotando-a de autonomia, de agilidade operativa e dos meios financeiros adequados.
- Finalmente, a candidatura do Paço das Escolas a Património da Humanidade. Trata-se de um projecto de que não vou falar todos os dias. Anunciei a intenção, anuncio hoje o início da preparação. Seguir-se-á um longo período de trabalho de gabinete que não vai ser interrompido nem perturbado pela pressão mediática ou tentativa de aproveitamento político.

5. Remate

O conjunto de iniciativas em que a Universidade de Coimbra se encontra envolvida transcende, em quantidade e em qualidade, assim o penso, o de qualquer outra instituição da Região e o de qualquer outra Universidade portuguesa. Num discurso em que privilegiei a agenda de política universitária, não me sobra tempo para lhes dar a visibilidade que eles indiscutivelmente merecem. Tendo querido partilhar convosco os motivos de preocupação, retirei espaço aos êxitos – e são muitos – e aos respectivos protagonistas. Que eles encontrem em cada uma das minhas omissões o apreço do Reitor pela forma eficiente como estão a fazer Universidade.

Por longo que vá o discurso, não poderei terminar sem uma referência à relação privilegiada que temos mantido com a Câmara Municipal de Coimbra - nosso parceiro de um número já significativo de projectos - que tudo farei para preservar e reforçar, porque entendo ser importante para as duas instituições e sobretudo para a cidade; e sem deixar uma palavra de simpatia pela continuidade dos projectos que mantemos na Guarda e em Alcobaça, em colaboração com as respectivas autarquias; e sem dizer que as actividades universitárias que temos em curso na Figueira da Foz, sobretudo de investigação científica, se poderão em breve consolidar, uma vez mais com o apoio do município, através da instalação num edifício conveniente e digno.

Um Reitor é uma Reitoria, é uma Universidade. O trabalho que temos desenvolvido e que muito sumariamente apresentei, é o resultado do labor incansável de uma equipa coesa que se esforça para fazer o melhor pela Universidade que serve. Tenho o privilégio de exercer o mandato num momento em que outros, melhores do que eu, me acompanham em cargos de responsabilidade. Quero aqui deixar uma palavra de reconhecimento a todos quantos participam nesta aventura; em particular aos Senhores Vice-Reitores (Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro e António Gomes Martins) e Pró-Reitores (Doutores Joaquim Sousa Ribeiro, que em breve termina o compromisso que assumiu de colaborar, como Pró-Reitor, na reorganização de serviços; Raimundo Mendes da Silva, Pedro Manuel Saraiva, João Gouveia Monteiro e José Manuel Canavarro, que será, a seu pedido, libertado das suas actuais responsabilidades para cujo desempenho proporei o Doutor José Manuel Carvalho e Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina); também aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas, com uma referência especial às Faculdade de Economia e de Ciências do Desporto e de Educação Física que comemoram, respectivamente, o trigésimo e o

décimo aniversário e ao Instituto de Investigação Interdisciplinar que inicia o seu primeiro ano lectivo com o estatuto de Unidade Orgânica; igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Directores e responsáveis de serviços. Fico-lhes, a dever, a todos, o saberem compreender e compensar as minhas incapacidade e lacunas. Fico-lhes a dever o imenso orgulho que sinto por aquilo que fizemos e fazemos, enquanto pelos carris do tempo, vamos fazendo caminho nesta aventura comum.

Visitei há dias os telhados deste edifício. Não vi nenhuma Torre de Marfim. A Torre da Universidade de Coimbra, símbolo, por extensão, de toda a Universidade portuguesa, foi construída com calcário branco da nossa região e continua a ser ainda hoje alinhada, pedra sobre pedra, com o trabalho, a dedicação e o sacrifício dos que fazem dela uma referência nacional e internacional incontestável. Foi esta, no passado, a força que nos fez. É dela, apenas dela, que depende o nosso futuro.

Estamos a dar asas a um novo sonho. Como Hernán Cortez no advento da conquista de um novo continente, estamos a cortar amarras, a queimar os nossos navios. Com profundo respeito pela nossa História e pelo legado que dela nos chega, pondo do nosso lado o enorme capital de prestígio que ela representa, estamos, decididamente, a virar-nos para o futuro.

Paço das Escolas, 15 de Outubro de 2003

Fernando Seabra Santos

Reitor